

HABEAS CORPUS Nº 570.202 - SP (2020/0078595-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL DE SOUZA BORELLI - DEFENSOR PÚBLICO -
SP339970
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R DE M DA S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R DE M DA S em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi acusado pela suposta prática de ato infracional equiparado ao tráfico de drogas, descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. O Juízo de primeira instância aplicou medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado.

A impetrante assevera que "NÃO HÁ ABSOLUTAMENTE NENHUMA PREVISÃO LEGAL PARA APLICAÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO, e qualquer decisão nesse sentido contrariará o princípio da excepcionalidade da medida de internação, bem como o próprio artigo 122 do ECA e a jurisprudência dominante do STJ." (fl. 10).

Alega que "a Convenção Internacional de Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente pretendem que os processos sejam céleres, e repetem que a internação deve ser pautada pela presença da ampla defesa, contraditório e legalidade estrita, sendo excepcional e devendo ser breve, além de considerar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento." (fl. 11).

Pugna pela consideração do risco de contaminação pela COVID-19 e a observância da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja deferida a liberdade do paciente, em virtude da ilegalidade de sua internação.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente